

**RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA**

**Processo** : TC-004032.989.23-8

**Entidade** : Prefeitura Municipal de Rifaina

**Matéria** : Contas Anuais

**Exercício** : 2023

**Prefeito** : Hugo César Lourenço  
CPF nº : 086.952.966-87  
Período : 01/01/2023 a 31/12/2023

**Relatoria** : Conselheiro Dr. Marco Aurélio Bertaiolli

**Instrução** : UR-17 / DSF- II

**Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,**

Trata-se das contas apresentadas em face do artigo 2º, II, da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo-LOTCESP).

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. Hugo César Lourenço, responsável pelas contas em exame e atual Chefe do Poder Executivo (arquivo 01, neste evento). A respectiva declaração de atualização cadastral (CadTCESP) está colacionada no Arquivo 02, neste evento.

Com base no permissivo previsto no TC-A-039686/026/15, apresentamos os resultados considerados essenciais para a emissão de parecer, bem como outros detectados no transcorrer dos trabalhos de fiscalização, os quais seguem transcritos neste relatório.

Ressaltamos que a fiscalização, em virtude de critérios objetivos de seletividade e de análise de risco, foi efetivada por inspeção *in loco* e remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis, com amparo no regramento previsto no artigo 7º da Resolução nº 04/2017 e item 4.5.6 da Ordem de Serviço 01/2023.

Ademais, foi antecedida de adequado planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames. Assim sendo, a Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
3. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
4. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste Tribunal de Contas;
5. Análise, baseada em amostragem, do planejamento orçamentário/financeiro (Plano Plurianual-PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO e Lei Orçamentária Anual-LOA);
6. Ações fiscalizatórias desenvolvidas por meio da seletividade (contratos);
7. Relatórios de fiscalização ordenada (TC-017070.989.23-1);
8. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
9. Análise das denúncias, representações e/ou expedientes diversos;
10. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

**PERSPECTIVA A: SÍNTESE DO APURADO**
**A.1. SÍNTESE DO APURADO QUANTO A DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS, LEGAIS, DE NATUREZA FISCAL E DE OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NO CONTEXTO DAS CONTAS MUNICIPAIS**

ITENS	
CONTROLE INTERNO	Irregular
HOVE ADESAO AO PROGRAMA DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DA LEI COMPLEMENTAR Nº 178, DE 13 DE JANEIRO DE 2021?	Não
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício (déficit de R\$ 1.929.395,97)	3,72%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	26,69%
O DÉFICIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESTÁ AMPARADO EM SUPERÁVIT FINANCEIRO ANTERIOR?	Sim
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	Favorável
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	Favorável
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	Sim
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	Prejudicado
ENCARGOS – Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	Prejudicado
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	Sim
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	34,48%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF)?	Sim
ENSINO - Aplicação na Educação - artigo 212 da Constituição Federal-CF (mínimo 25%)	27,57%
ENSINO - Fundeb <sup>1</sup> aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica (mínimo 70%)	99,52%
ENSINO - Recursos do Fundeb aplicados no exercício (mínimo 90%)	100%
ENSINO – Fundeb: Se diferida, a parcela residual do montante recebido no exercício examinado (até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício seguinte?	Prejudicado
ENSINO – Fundeb: Complementação União VAAT Despesa Capital (mínimo 15%)	Prejudicado
ENSINO – Fundeb: Complementação União VAAT – Aplicado no mínimo o Indicador para Educação Infantil (IEI)?	Prejudicado
SAÚDE - Aplicação na Saúde (mínimo 15%)	24,93%

<sup>1</sup> Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Ressaltamos que apurações e comentários sobre os principais aspectos retro sintetizados se encontram detalhados no presente relatório e no seu Anexo<sup>1</sup>.

Adiante estão abordados outros aspectos relevantes da Gestão Municipal (IEG-M, detalhamento de matérias consideradas irregulares e/ou com indicadores desfavoráveis, ajustes efetuados, além de outras falhas/irregularidade constatadas):

<sup>1</sup> Arquivo 04, neste evento

## **A.2. ASPECTOS DE GESTÃO DESTACADOS PELA FISCALIZAÇÃO (IEG-M / ODS / PANDEMIA)**

### **A.2.1. IEG-M – ASPECTOS RELEVANTES**

O Município possui, ainda, a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), após validação da Fiscalização:

EXERCÍCIOS	2020	2021	2022	2023
<b>IEG-M</b>	C+	C	<b>C+</b>	C
i-Planejamento	C	C	C	C
i-Fiscal	B	B+	B+	B
i-Educ	C+	C	C	C
i-Saúde	B	C+	B	B
i-Amb	C	C	C	C
i-Cidade	B	B+	B	B
i-Gov-TI	C	C	C	C

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota quanto aos seguintes temas.

#### **A.2.1.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M)**

Preliminarmente, constatamos que a série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstrou estagnação em baixo índice de efetividade, conforme segue:

EXERCÍCIOS	2020	2021	2022	2023
i-Planejamento	C	C	C	C

De plano, consignamos que a nota C obtida (baixo nível de adequação) nos quatro últimos exercícios avaliados evidencia a necessidade de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, consequentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população, assim como o não atendimento de recomendações desta Corte exaradas nas Contas de 2020 e 2021.

Avançando nas análises da matéria abordada neste item, procedemos o exame operacional, inclusive cotejando questões desfavoráveis desta dimensão do IEG-M, constatando ocorrências que afetaram o planejamento das políticas públicas, conforme destacado abaixo:

#### **A.2.1.1.1 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

Inicialmente, verificamos que a LOA autoriza a abertura de créditos suplementares em percentual (25%)<sup>2</sup>, acima do aceitável pela Jurisprudência deste Tribunal. Esta autorização pode desconfigurar o orçamento, afastando-o dos diagnósticos previamente realizados, quando do levantamento das reais demandas do Município.

Entendemos que os valores percentuais definidos são descabidos, visto que são expressivamente superiores à inflação do período (IPCA 4,62%).

Constatamos que o Município, considerando todos os órgãos componentes do Orçamento Anual, procedeu à abertura de créditos adicionais e à realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições no valor total de R\$ 20.404.479,29, o que corresponde a 43,51% (Arquivo 17, neste evento) da Despesa Fixada (inicial)<sup>3</sup>.

Nesta esteira, nos reportamos ainda a trechos de decisões contidas nos TCs 004299.989.16 (Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Ituverava – Exercício de 2016) e 006286.989.16 (Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Apiaí – Exercício de 2017):

Também deve a Origem atentar para **os elevados patamares atingidos** pelas alterações orçamentárias, por meio de abertura de créditos adicionais, suplementações, remanejamentos, transferências e transposições **no percentual de 23,72%** da despesa inicial fixada. Ressalto que, embora tanto no § 8º do artigo 165 da Constituição Federal como no artigo 7º, I, da Lei Federal nº 4.320/64, não haja determinação expressa que limite o percentual de abertura de créditos suplementares à estimativa de inflação, **este Tribunal vem, reiteradamente, recomendando que a alteração da peça de planejamento por intermédio de créditos adicionais não extrapole o índice inflacionário**, conforme disposto no Comunicado SDG nº 29/2010.(g.n.) (TC-004299.989.16-0<sup>4</sup>)

Cabe recordar que, embora não haja determinação expressa na legislação acerca do limite percentual para abertura de créditos suplementares, **esta E. Corte de Contas vem, reiteradamente, recomendando que a alteração da peça de planejamento por meio de créditos adicionais não extrapole os índices inflacionários do período.**(TC-006286.989.16-5<sup>5</sup>).

<sup>2</sup> Art. 4 da LOA 2023 – Arquivo 16, neste evento

<sup>3</sup> Despesa Fixada inicial: R\$ 46.900.000,00

<sup>4</sup> Segunda Câmara – Sessão de 27/11/2018 – DOE de 31/01/2019 – Transitado em Julgado em 19/03/2019

<sup>5</sup> Segunda Câmara – Sessão de 26/11/2019 – DOE de 29/01/2020 – Transitado em Julgado em 05/08/2020

Cumpre ainda salientar que o Comunicado SDG 32/2015 de 17/08/2015, recomenda aos municípios o aprimoramento nos procedimentos de previsão de receitas e fixação de despesas na proposta orçamentária a evitar demasiadas modificações durante sua execução.

Essa situação contraria ainda expressas recomendações desta E. Corte de Contas contidas nos pareceres relativos às contas de 2019 (TC-004627.989.19-7<sup>6</sup>) e 2020 (TC-002975.989.20-3<sup>7</sup>) para que “*Modere o percentual de alterações orçamentárias*”.

#### **A.2.1.2. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M)**

Preliminarmente, constatamos que a série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstrou estagnação em baixo índice de efetividade, conforme segue:

EXERCÍCIOS	2020	2021	2022	2023
i-Educ	C+	C	C	C

De plano, consignamos que a nota “C” (baixo nível de adequação) obtida nos três últimos exercícios avaliados evidencia a necessidade de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população, assim como o não atendimento de recomendações desta Corte exaradas nas contas de 2020 e 2021.

Destacamos que no exercício de 2023 foi realizada a IV Fiscalização Ordenada – Escolas em Tempo Integral, e sobre o tema diversas irregularidades foram verificadas pela fiscalização, conforme item A.2.1.2.1 – Fiscalizações Ordenadas no período.

##### **A.2.1.2.1. FISCALIZAÇÕES ORDENADAS DO PERÍODO**

No período em exame, foi realizada a fiscalização ordenada IV – Escolas em Tempo Integral.

<sup>6</sup> Primeira Câmara – Sessão de 30/03/2021 – DOE de 14/05/2021 – Transitado em Julgado em 30/06/2021

<sup>7</sup> Segunda Câmara – Sessão de 14/06/2022 – DOE de 09/07/2022 – Transitado em Julgado em 23/08/2022



Após a fiscalização relativa ao encerramento das contas permaneceram os seguintes apontamentos:

Mês: 08/2023	Tema: Escolas de Tempo Integral
Fiscalização Ordenada nº	IV 2023.
TC e evento da juntada	TC-017070.989.23-1, evento 08.
Irregularidades verificadas:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O acompanhamento da meta 6 do PNE não foi publicado ou não está disponível na página eletrônica do órgão institucional;</li> <li>• A rede não possui o custo operacional por aluno em escola de tempo parcial;</li> <li>• A rede não possui o custo operacional por aluno em escola de tempo integral;</li> <li>• A rede não possui professores que atuam exclusivamente nas escolas em jornada em tempo integral;</li> <li>• Há professores que atuam na área administrativa (fora da sala de aula);</li> <li>• Não há critérios para a realização de visitas da equipe de supervisão de ensino na rede;</li> <li>• A forma de provimento do cargo de Diretor é em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, descumprindo o inciso V do art. 206 da CF;</li> <li>• A rede não ofereceu cursos de capacitação aos profissionais vinculados à educação de tempo integral;</li> </ul>

#### **A.2.1.3. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (i-Amb/IEG-M)**

Preliminarmente, constatamos que a série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstrou estagnação em baixo índice de efetividade, conforme segue:

EXERCÍCIOS	2020	2021	2022	2023
i-Amb	C	C	C	C

De plano, consignamos que a nota “C” (baixo nível de adequação) obtida nos quatro últimos exercícios avaliados, evidencia a necessidade de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população, assim como o não atendimento de recomendações desta Corte exaradas nas contas de 2020 e 2021.

#### **A.2.1.4. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TECNOLOGIA (i-Gov TI/IEG-M)**

Preliminarmente, constatamos que a série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstrou estagnação em baixo índice de efetividade, conforme segue:

EXERCÍCIOS	2020	2021	2022	2023
i-Gov TI	C	C	C	C

De plano, consignamos que a nota “C” (baixo nível de adequação) obtida nos quatro últimos exercícios avaliados, evidencia a necessidade de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população, assim como o não atendimento de recomendações desta Corte exaradas nas contas de 2020 e 2021.

## **PERSPECTIVA B: TÓPICOS DE EXAME MÍNIMO PARA A APRECIÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS (TC-A-039686/026/15)**

### **B.1. CONTROLE INTERNO / CONTROLADORIA / AUDITORIA INTERNA**

Preliminarmente, infere-se registrar que a Origem instituiu o Sistema de Controle Interno no âmbito municipal através da Lei Complementar Municipal nº 03, de 15 de março de 2013 (Arquivo 20, neste evento).

No exercício examinado a responsável pelo Controle Interno foi a servidora Ana Luíza dos Santos Dantas, nomeada através da Portaria nº 37 de 01 de agosto de 2022 (Arquivo 21, neste evento), no período compreendido entre 01/01/2023 e 30/04/2023.

Foi produzido o relatório referente ao 1º quadrimestre de 2023<sup>8</sup> abordando aspectos de regularidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Municipal.

A partir de 01/05/2023, conforme declaração da Origem<sup>9</sup>, em cumprimento a decisão proferida nos autos da ADIN nº 2146985-98.20238.26.0000 que tramitou perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, foi declarada a inconstitucionalidade:

- a) dos arts. 60, 8º, 9º e 11 da Lei Complementar 3/2013;
- b) da Lei Complementar 8/2013 que altera a redação do art. 70. da lei anterior;
- c) por arrastamento do art. 70 da Lei Complementar 3/2013 em sua redação originária, promovendo-se em razão disso a exoneração do servidor efetivo nomeado para o controle interno.

---

<sup>8</sup> Arquivo 22, neste evento

<sup>9</sup> Arquivo 23, neste evento



Cumpre ainda informar que, visando a regularização da situação acima exposta o Município de Rifaina, através da Lei Complementar nº 05 de dezembro de 2023 criou o cargo de Controlador Interno, e o processo de elaboração de Concurso Público para suprimimento da vaga encontra-se em trâmite.

## **B.2. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL**

Face ao contido no artigo 1º, § 1º, da LRF, o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

Preliminarmente, informamos que o Município não aderiu ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal.

### **B.2.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Com base nos dados gerados pelo Sistema Audesp, conforme abaixo apurado, o resultado da execução orçamentária da Prefeitura evidenciou déficit que se encontrou totalmente **amparado** no superávit financeiro proveniente do exercício anterior, conforme segue no quadro adiante.

<b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>Valores</b>	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 51.803.655,76	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 52.488.548,41	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 1.260.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ 15.496,68	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	R\$ -	
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO	R\$ -	
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>-R\$ 1.929.395,97</b>	<b>-3,72%</b>

O resultado da execução orçamentária e dos investimentos, com base na despesa liquidada e nos Restos a Pagar Não Processados liquidados em cada exercício, apresentaram os seguintes percentuais:

<b>Exercício</b>	<b>Resultado da execução orçamentária</b>	<b>Percentual do resultado da execução orçamentária</b>	<b>Percentual de investimento</b>
2023	Déficit de R\$ 1.929.395,97	-3,72%	26,69%
2022	Déficit de R\$ 128.095,31	-0,28%	17,03%
2021	Superávit de R\$ 2.955.524,24	8,13%	9,48%
2020	Superávit de R\$ 3.935.119,41	11,52%	12,01%

**B.2.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL**

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ 6.324.998,64	R\$ 8.190.367,50	-22,78%
Econômico	R\$ 9.731.283,48	R\$ 10.299.964,09	-5,52%
Patrimonial	R\$ 65.349.459,12	R\$ 54.386.955,68	20,16%

**B.2.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO**

Conforme demonstrado no item anterior, a Prefeitura apresentou, no encerramento do exercício examinado, um superávit financeiro, evidenciando, com isso, a existência de recursos disponíveis para o total pagamento de suas dívidas de curto prazo, registradas no Passivo Financeiro.

**B.2.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO**

Conforme Balanço Patrimonial gerado pelo Sistema Audesp, a Prefeitura não possui dívidas registradas em seu Passivo Permanente e/ou Não-Circulante.

**B.2.5. PASSIVO JUDICIAL****B.2.5.1. PRECATÓRIOS**

De acordo com informações prestadas pela Origem<sup>10</sup>, confirmadas pela Fiscalização, o Município não possui dívidas judiciais.

**B.2.5.2. REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA**

De acordo com o exame efetuado, na extensão considerada necessária, constatamos que houve pagamento de todos os requisitórios de baixa monta vencidos no exercício, no montante de R\$ 20.053,21<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Arquivo 24, neste evento

<sup>11</sup> Arquivo 25, neste evento

### **B.2.6. ENCARGOS**

Os recolhimentos apresentaram a seguinte posição:

Verificações		Guias apresentadas
1	INSS:	<b>Sim</b>
2	FGTS:	<b>Sim</b>
3	RPPS:	<b>Prejudicado</b>
4	PASEP:	<b>Sim</b>

De acordo com o exame efetuado, na extensão considerada necessária, constatamos regularidade da gestão dos encargos incorridos no exercício.

#### **B.2.6.1. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS**

A Prefeitura não possui parcelamento ou reparcimento de débitos previdenciários junto ao INSS<sup>12</sup>.

#### **B.2.6.2. DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP)**

A Prefeitura não possui parcelamentos de FGTS e PASEP.

### **B.2.7. TRANSFERÊNCIA À CÂMARA DOS VEREADORES**

Os repasses à Câmara obedeceram ao limite do artigo 29-A da CF.

### **B.2.8. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na LRF, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita Orçamentária – ARO (dados disponíveis no Arquivo 04, neste evento – Relatório de Instrução de dezembro do exercício em exame).

---

<sup>12</sup> Declaração – Arquivo 26, neste evento

### B.2.8.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatórios de Gestão Fiscal emitidos pelo Sistema Audesp, o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no artigo 20, III, b, da LRF, registrando no 3º quadrimestre o valor de R\$ 16.897.071,26, o que representa um percentual de 34,48% (dados disponíveis no Arquivo 04, neste evento – Relatório de Instrução de dezembro do exercício em exame).

### B.2.9. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Eis o quadro de pessoal existente no final do exercício:

Natureza do cargo/emprego	Quant. Total de Vagas		Vagas Providas		Vagas Não Providas	
	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame
Efetivos	289	327	231	233	58	94
Em comissão	17	18	13	15	4	3
<b>Total</b>	<b>306</b>	<b>345</b>	<b>244</b>	<b>248</b>	<b>62</b>	<b>97</b>
Temporários	Ex. anterior		Ex. em exame		Em 31.12 do	Ex. em exame
Nº de contratados						

Quadro de pessoal – Arquivo 37, neste evento

No exercício em exame foram criadas 37 vagas para cargos efetivos já existentes, através da Lei n 2055<sup>13</sup>, de 09 de março de 2023, Lei n° 2063<sup>14</sup>, de 20 de abril de 2023 e Lei 2083<sup>15</sup>, de 22 de agosto de 2023, conforme quadro abaixo:

Quantidade	Denominação	Carga horária semanal
04	Aux. Serviços Técnicos Municipais	44
05	Técnico em enfermagem	44
12	Monitor de Educação Infantil	44
06	Prof. De Educação Básica I	30
03	Fonoaudióloga	30
01	Técnico em higiene dental	01
02	Psicólogo	30
04	Motorista	44

Também foi criado o cargo efetivo de Controlador Interno, através da Lei Complementar n° 05, de 05 de dezembro de 2023<sup>16</sup>.

As atribuições dos mencionados cargos foram definidas através das Leis Complementares n° 1.583/2013 e n° 04/2017, e Decretos n° 293/2003 e n° 1342/2022 (arquivo 42, neste evento).

Não constatamos, sob amostragem, ocorrências dignas de nota sobre o assunto neste exercício.

<sup>13</sup> Arquivo 38, neste evento

<sup>14</sup> Arquivo 39, neste evento

<sup>15</sup> Arquivo 40, neste evento

<sup>16</sup> Arquivo 41, neste evento

### B.2.9.1. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Não constatamos contratações de pessoal por tempo determinado<sup>17</sup> no exercício em análise.

### B.2.10. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

Examinados, de forma amostral, o ato de fixação inicial e as posteriores revisões gerais anuais ocorridas em 2022 e 2023, os pagamentos efetuados, a situação de acúmulos de cargos/funções e as entregas de declarações de bens pelos agentes políticos, não tendo sido constatadas irregularidades.

### B.3. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

Quanto à aplicação de recursos ao final do exercício em exame, conforme informado ao Sistema Audeps e apurado pela Fiscalização, os resultados assim se apresentaram:

QUADRO 01 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, EXCETO FUNDEB (Art. 212, CF - Min 25%)			
<b>IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS</b>			
01 - RECEITAS		R\$	42.456.472,77
02 - Ajustes da Fiscalização (+/-)			
03 - Total de Receitas de Impostos - T.R.I. (01 + 02)		R\$	42.456.472,77
<b>DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO COM RECEITA DE IMPOSTOS</b>			
04 - Educação Básica (exceto FUNDEB)		R\$	5.663.900,49
05 - Acréscimo: Contribuição ao Fundeb (FUNDEB retido)		R\$	6.040.261,51
06 - Dedução: Ganhos de aplicações financeiras			
07 - Dedução: FUNDEB retido e não aplicado no retorno, conforme legislação			
08 - Aplicação apurada até 31/12 2023 (04+05-06-07) e (08/03)		R\$	11.704.162,00
09 - Dedução: Restos a Pagar não pagos - recursos próprios - até 31/01/2024.			
10 - Outros ajustes da Fiscalização - Recursos Próprios (+/-)			
11 - Aplicação final na Educação Básica (08 - 09 + 10) e (11/03) - Mínimo 25%		R\$	11.704.162,00
			27,57%
<b>PLANEJAMENTO ATUALIZADO DA EDUCAÇÃO</b>			
Receita Prevista Atualizada		R\$	45.494.655,76
Despesa Fixada Atualizada		R\$	13.034.100,00
Índice Apurado			28,65%

Fonte: Arquivo 04, neste evento

<sup>17</sup> Declaração – Arquivo 27, neste evento

QUADRO 02 - DEMONSTRATIVO DO FUNDEB		
FUNDEB - RETENÇÕES E RECEITAS DO EXERCÍCIO		
01 - Retenções ao Fundeb	R\$ 6.040.261,51	
02 - FUNDEB - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 2.877.881,72	
03 - Rendimentos Financeiros - Impostos e Transferência de impostos	R\$ 15.802,11	
04 - Ajustes da Fiscalização (+/-)	R\$ -	
<b>05 - FUNDEB-Rec. de Impostos e Transf. de Impostos após ajustes (02 + 03 + 04)</b>	<b>R\$ 2.893.683,83</b>	
06 - Complementação da União - VAAF + rendimentos financeiros	R\$ -	
07 - Ajustes da Fiscalização - Complementação da União - VAAF (+/-)	R\$ -	
<b>08 - Complementação da União - VAAF após ajustes (06 + 07)</b>	<b>R\$ -</b>	
09 - Complementação da União - VAAT + rendimentos financeiros	R\$ -	
10 - Ajustes da Fiscalização - Complementação da União - VAAT (+/-)	R\$ -	
<b>11 - Complementação da União - VAAT após ajustes (09 + 10)</b>	<b>R\$ -</b>	
12 - Complementação da União - VAAR + rendimentos financeiros	R\$ -	
13 - Ajustes da Fiscalização - Complementação da União - VAAR (+/-)	R\$ -	
<b>14 - Complementação da União - VAAR após ajustes (12 + 13)</b>	<b>R\$ -</b>	
<b>15 - Total das Receitas do FUNDEB - T.R.F. (05 + 08 + 11 + 14)</b>	<b>R\$ 2.893.683,83</b>	
<b>16 - Receitas do FUNDEB - Base para Profissionais da Educação (15 - 14)</b>	<b>R\$ 2.893.683,83</b>	
FUNDEB - DESPESAS DO EXERCÍCIO		
17 - Despesas com Profissionais da Educação Básica - Min. 70% (Desconsiderado gasto com Compl. da União VAAR - Art. 212-A, XI da CF.)	R\$ 2.879.831,29	
18 - Ajustes da Fiscalização (70%) (+/-)	R\$ -	
<b>19 - Despesas Líquidas - Profissionais da Educação Básica - Mínimo 70% (17 + 18) e (19/16)</b>	<b>R\$ 2.879.831,29</b>	<b>99,52%</b>
20 - Despesas Profissionais da Educação Básica com a Complementação. VAAR	R\$ -	
21 - Ajustes da Fiscalização (+/-)	R\$ -	
<b>22 - Despesas Líquidas - Profissionais Educ. Básica com Compl. VAAR (20 + 21)</b>	<b>R\$ -</b>	
23 - Demais Despesas	R\$ 13.852,54	
24 - Ajustes da Fiscalização (+/-)		
<b>25 - Total das Demais Despesas Líquidas no exercício (23 + 24)</b>	<b>R\$ 13.852,54</b>	
<b>26 - FUNDEB aplicado no exercício em exame - min. 90%(19+22+25) e (26/15)</b>	<b>R\$ 2.893.683,83</b>	<b>100,00%</b>
<b>27 - FUNDEB recebido e não aplicado no exercício - até 10%(15-26) e (27/15)</b>	<b>R\$ -</b>	
28 - Despesas de Capital com a Complementação da União VAAT(mínimo 15%)	R\$ -	
29 - Ajustes da Fiscalização - Despesas de Capital Compl. VAAT (+/-)	R\$ -	
<b>30 - Despesas de Capital Líquidas Compl. VAAT - Min. 15%(28 + 29) e (30/11)</b>	<b>R\$ -</b>	
31 - Despesas com a Compl. União VAAT na Educação Infantil	R\$ -	
32 - Ajustes da Fiscalização (+/-)	R\$ -	
<b>33 - Despesas líquidas VAAT-Educ. Infantil - min. conforme IEI (31 + 32) e (33/11)</b>	<b>R\$ -</b>	

Fonte: Arquivo 04, neste evento

Conforme apurado pela Fiscalização, o Município aplicou 27,57% na manutenção e desenvolvimento do ensino, cumprindo o artigo 212 da CF.



Houve utilização de todo o Fundeb recebido, cumprindo o Município o artigo 25 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

A rede municipal não recebeu recursos da complementação VAAT no exercício em exame.

### **B.3.1. NÃO ATENDIMENTO AO ARTIGO 212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NOS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2021**

Registramos que nos exercícios de 2020 e 2021 o Município **não** aplicou o percentual mínimo para cumprimento do artigo 212 da CF, estando sujeito aos ditames da Emenda Constitucional nº 119, de 27 de abril de 2022.

Consoante a citada Emenda e o Comunicado SDG nº 13, de 15 de março de 2023, **o ente deve complementar** na aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino, até o exercício financeiro de 2023, a diferença a menor entre o valor aplicado e o valor mínimo exigível constitucionalmente para os exercícios de 2020 e 2021.

Assim, constatamos o seguinte:

Emenda Constitucional nº 119/2022			
Exercício	Valor mínimo exigível (25%)	Valor aplicado	Diferença a menor
2020	R\$ 6.186.467,09	R\$ 6.305.879,03	Atingiu o mínimo
2021	R\$ 7.844.278,94	R\$ 7.041.147,47	-R\$ 803.131,47
Valor a complementar até 2023			R\$ 803.131,47
2022	R\$ 9.564.892,04	R\$ 9.682.866,91	R\$ 117.974,87
2023	R\$ 10.614.118,19	R\$ 11.704.162,00	R\$ 1.090.043,81
Valor complementado até 2023			R\$ 1.208.018,68
ANÁLISE	Diferença complementada a maior em		R\$ 404.887,21

Até o exercício de 2023, o ente complementou o valor aplicado a menor na manutenção e desenvolvimento do ensino, relativamente ao exercício de 2021, atendendo ao preceituado no artigo 1º, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 119/2022.

**B.3.2. DEMAIS APURAÇÕES SOBRE O FUNDEB**

Verificações		
01	As despesas do Fundeb foram executadas exclusivamente na conta bancária vinculada (Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal), sem transferências para outras contas, <b><u>exceto para contas específicas do Fundeb</u></b> abertas em instituições financeiras com contratos para gestão da folha de pagamento de servidores, nos termos do artigo 21 e §9º da Lei nº 14.113/2020?	Não <sup>18</sup>
02	A conta corrente única e específica vinculada ao Fundeb é de <b>titularidade do órgão responsável pela educação</b> , nos termos do artigo 69, § 5º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, c/c artigo 21, § 7º, da Lei nº 14.113/2020?	Sim <sup>19</sup>
03	As despesas do Fundeb estão identificadas no Audep de acordo com os códigos de aplicação dos recursos Fundeb Impostos, VAAT, VAAR, bem como da parcela diferida para o exercício sob análise?	Sim
04	O Município disponibilizou as informações e os dados contábeis, orçamentários e fiscais, nos termos do artigo 163-A da CF e do artigo 38 da Lei nº 14.113/2020, habilitando-se a receber a complementação VAAT?	Sim <sup>20</sup>
05	O Município atendeu às condicionalidades legais, em face do artigo 14 da Lei nº 14.113/2020, habilitando-se a receber a complementação VAAR?	Não <sup>21</sup>
06	Houve implementação do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar compondo equipes multiprofissionais, nos termos da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019?	Sim <sup>22</sup>
07	As despesas decorrentes do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar foram custeadas com recursos do Fundeb 70%?	Não

A rede municipal possui contrato com instituição financeira diversa do Banco do Brasil S.A. e da Caixa Econômica Federal para o pagamento de salários, de vencimentos e de benefícios de qualquer natureza aos profissionais da educação básica em efetivo exercício. Constatamos que o Órgão não providenciou **naquela instituição** conta única e específica, para recebimento dos recursos do Fundeb, conforme previsto no § 9º do art. 21 da Lei nº 14.113, de 2020 e orientação prevista nas Portarias FNDE 807/2022, Conjunta FNDE/STN 3/2022 e Comunicado SDG Nº 66/2023.

A rede municipal não se habilitou, no exercício em exame, à Complementação da União VAAR, tendo em vista o não atendimento às seguintes condicionalidades:

- ✓ Não comprovou a implementação da gestão democrática, ou seja, a existência de legislação local normatizando o provimento do cargo de gestor escolar por meio de critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho, tendo iniciado, no mínimo, processo de seleção, por meio da publicação de edital ou documento equivalente, que configure processo seletivo até 30/09/2023;

<sup>18</sup> Extrato conta pagamento salários - Arquivo 43, neste evento

<sup>19</sup> Ext. Conta Fundeb - Arquivo 28, neste evento

<sup>20</sup> Fl. 57 – Arquivo 29, neste evento

<sup>21</sup> Fl. 16 – Arquivo 30, neste evento

<sup>22</sup> Declaração – Arquivo 31, neste evento

- ✓ Não comprovou a homologação de Referenciais Curriculares alinhados à BNCC.

### B.3.3. DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE O ENSINO

Verificações		
01	A Fiscalização identificou valores despendidos com inativos da educação básica incluídos nos mínimos constitucionais e legais do Ensino?	Não
02	O Município cumpriu o piso nacional do magistério público da educação básica para o exercício em exame (piso nacional foi de R\$ 4.420,55 para 2023 – 40 horas semanais), definido com base na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008?	Sim
03	Sob amostragem, foi constatada adequação do currículo da rede municipal de ensino às proposições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente face ao previsto no artigo 26-A da Lei nº 9.394/1996, como o ensino da <u>história e cultura afro-brasileira e indígena</u> nos estabelecimentos de ensino fundamental?	Sim
04	Ao final do exercício, as contas bancárias que receberam os repasses decendiais previstos no artigo 69, §5º, da LDB, tinham saldo para cobertura dos valores inscritos em restos a pagar até o limite de 25% da receita de impostos?	Prejudicado <sup>23</sup>

### B.4. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados, cumprindo a referida determinação constitucional/legal:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	R\$	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	10.285.835,01	24,93%
DESPESA LIQUIDADA (mínimo 15%)	10.272.362,34	24,90%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	10.272.362,34	24,90%

Tendo em vista que foi liquidado e pago montante acima de 15% da receita de impostos, atendendo ao piso constitucional, deixamos de efetuar o acompanhamento previsto no artigo 24 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

<sup>23</sup> Não havia valores inscritos em restos a pagar até o limite de 25% da receita de impostos conforme arquivo 04 – fl. 07, demonstrando que todas as despesas do ensino foram pagas no exercício de 2023

**PERSPECTIVA C: OUTROS PONTOS DE INTERESSE****C.1. ANÁLISE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

Das avenças, verificamos as que seguem:

1	<b>Contrato nº:</b>	066/2023
	<b>Data:</b>	07/11/2023
	<b>Contratada:</b>	Handelmaq Com. E Serviço de Equipamentos Ltda.
	<b>Valor:</b>	R\$ 1.995.000,00
	<b>Fonte de recursos</b>	Municipal
	<b>Objeto:</b>	Aquisição de equipamento para reciclagem de resíduos sólidos da construção civil conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I
	<b>Execução/Prazo:</b>	Entrega prazo máximo 45 dias após recebimento da ordem de fornecimento
	<b>Licitação:</b>	Pregão Presencial nº 066/2023 – Proc. Administrativo nº 211/2023

2	<b>Contrato nº:</b>	Ata de registro de preços s/nº
	<b>Data:</b>	26/10/2023
	<b>Contratada:</b>	Astrus Comércio de Veículos Ltda.
	<b>Valor:</b>	R\$ 1.760.000,00
	<b>Fonte de recursos</b>	Municipal
	<b>Objeto:</b>	Aquisição de ônibus rodoviários usados
	<b>Execução/Prazo:</b>	12 meses
	<b>Licitação:</b>	Pregão Presencial nº 062/2023 – Proc. Administrativo nº 199/2023

Em atendimento a determinação proferida pelo eminente Conselheiro Dr. Marco Aurélio Bertaiolli, nos autos do TC-010761.989.24-3 (evento 19) para que o expediente subsidiasse as contas da Prefeitura Municipal de Rifaina no exercício de 2023, analisamos os supracitados Pregões Presenciais e as respectivas execuções contratuais.

Tendo por base a licitação e o contrato constatamos regularidades nos procedimentos licitatórios, bem como na contratação e na sua execução.

**C.2. DESPESAS COM CONFRATERNIZAÇÃO DOS SERVIDORES**

Identificamos no exercício examinado o pagamento de despesas com festa de confraternização dos servidores da Prefeitura Municipal.

O entendimento desta Corte de Contas, conforme trecho constante do Manual de Gestão Financeira de Prefeituras e Câmaras Municipais<sup>24</sup>, editado por este Tribunal, tem avaliado tais despesas como impróprias.

<sup>24</sup> Fl. 31 – Arquivo 32, neste evento

Sobre o tema, nos reportamos a trechos de decisão contida no TC 800372/325/11 (Apartado das contas do exercício de 2011 – TC-0001146/026/11 – da Prefeitura de João Ramalho<sup>25</sup>):

“Com efeito, a realização de confraternização de final de ano entre os servidores públicos municipais, às expensas do erário municipal, apresenta-se destituída de qualquer finalidade pública.[...]

[...] Saliente-se que o fato de o Prefeito encontrar-se autorizado a realizar despesas de pequena monta pela Lei de Diretrizes Orçamentárias não quer dizer que se possa efetuar gastos divorciados das regras e dos princípios que pautam a atuação da Administração Pública.

Nesse sentido, considero os gastos censurados pela equipe técnica de fiscalização em desalinho com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e razoabilidade, todos abrigados na Constituição Federal.”

As supracitadas despesas foram suportadas através do Convite nº 0232/2023, do Pregão Presencial nº 0161/2023 e de dispensas de licitação totalizando R\$ 64.850,00, conforme quadro abaixo:

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA</b>	<b>64.850,00</b>	<b>64.850,00</b>	<b>64.850,00</b>
<b>9294</b>	<b>38.610,00</b>	<b>38.610,00</b>	<b>38.610,00</b>
CONVITE	38.610,00	38.610,00	38.610,00
<b>000232/2023</b>	<b>38.610,00</b>	<b>38.610,00</b>	<b>38.610,00</b>
CARLOS ANTONIO PACHECO EIRELI	38.610,00	38.610,00	38.610,00
Pedido gerado a partir do resultado da Licitação: 000232/23 - Ano Mod.: 2023 - Modalidade: CONVITE - No Mod.: 15 - Mod. Formatada: 15 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO DE FINAL DE ANO PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS PARA ESTA MUNICIPALIDADE.			
	38.610,00	38.610,00	38.610,00
<b>9295</b>	<b>7.790,00</b>	<b>7.790,00</b>	<b>7.790,00</b>
DISPENSA DE LICITAÇÃO	7.790,00	7.790,00	7.790,00
(vazio)	7.790,00	7.790,00	7.790,00
RITA DE CÁSSIA POLIDORO BARBOZA	7.790,00	7.790,00	7.790,00
REFERENTE A CONTRATAÇÃO DA BANDA MAE JOANA PARA EVENTO DIA 15/12/23 NO CENTRO DE EVENTOS MUNICIPAL - FESTIVIDADE DE CONFRATERNIZAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS.			
	7.790,00	7.790,00	7.790,00
<b>9296</b>	<b>8.250,00</b>	<b>8.250,00</b>	<b>8.250,00</b>
DISPENSA DE LICITAÇÃO	8.250,00	8.250,00	8.250,00
(vazio)	8.250,00	8.250,00	8.250,00
VICTOR E CAUA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	8.250,00	8.250,00	8.250,00
REFERENTE A CONTRATAÇÃO DA DUPLA VICTOR E CAUA PARA EVENTO DIA 15/12/23 NO CENTRO DE EVENTOS MUNICIPAL - FESTIVIDADE DE CONFRATERNIZAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS.			
	8.250,00	8.250,00	8.250,00
<b>9616</b>	<b>10.200,00</b>	<b>10.200,00</b>	<b>10.200,00</b>
PREGÃO PRESENCIAL	10.200,00	10.200,00	10.200,00
<b>000161/2023</b>	<b>10.200,00</b>	<b>10.200,00</b>	<b>10.200,00</b>
FAZ EVENTOS E LOCAÇÕES EIRELI	10.200,00	10.200,00	10.200,00
Pedido gerado a partir do resultado da Licitação: 000161/23 - Ano Mod.: 2023 - Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO - No Mod.: 15 - Mod. Formatada: 15 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA ILUMINAÇÃO TENDAS BANHEIROS QUÍMICOS GERADOR DE ENERGIA SOM PARA OS EVENTOS MUNICIPAIS DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2023 REFERENTE A LOCAÇÃO DE PAINEL LED SOM E ILUMINAÇÃO PARA A CONFRATERNIZAÇÃO DE FIM DE ANO DOS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA.			
	10.200,00	10.200,00	10.200,00
<b>Total Geral</b>	<b>64.850,00</b>	<b>64.850,00</b>	<b>64.850,00</b>

Fonte: Sistema Audesp

<sup>25</sup> Segunda Câmara – Sessão de 05/04/2016 – DOE de 26/04/2016 – Transitado em Julgado em 04/05/2016

### C.3 - TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO

Através da Lei complementar nº 03<sup>26</sup>, de 15 de abril de 2019, que alterou o Código Tributário do Município de Rifaina, estabeleceu-se a cobrança da taxa de Coleta Domiciliar de Lixo<sup>27</sup>, conjuntamente com o IPTU.

Apuramos no exercício gastos relativos à coleta e destinação final de resíduos sólidos no montante de R\$ 2.092.019,16<sup>28</sup>. Em contrapartida, no exercício examinado foram arrecadados apenas R\$ 404.987,49 a título de taxas de remoção e limpeza pública (Arquivo 35, neste evento).

Dessa forma, verifica-se que o valor arrecadado representa 19,36% dos custos da Administração com a coleta, remoção e destinação final do lixo, indicando a necessidade de revisão dos valores das taxas aplicadas, visto a insuficiência de valores arrecadados para a prestação do serviço.

Sob este aspecto, importante destacar o que indica o Novo Marco de Saneamento Básico (Lei Federal 14.026/20) que trouxe nova redação aos artigos 29, II<sup>29</sup> e 35, §2º<sup>30</sup>, da Lei nº 11.445/2007, bem como o Comunicado GP 78/2022<sup>31</sup> com relação a sustentabilidade econômico-financeira na prestação desses serviços.

---

<sup>26</sup> Arquivo 33, neste evento

<sup>27</sup> Art. 176 – A Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo, tem como fato gerador, a utilização efetiva ou a possibilidade de utilização, pelo contribuinte, de serviços de coleta, remoção e destinação final do lixo de fruição obrigatória, prestados em regime público.

I- Para fins desta lei, são considerados resíduos domiciliares todos os resíduos sólidos comuns, originários de residência, comércio e indústria;

II- A utilização potencial dos serviços de que o art. 3º ocorre no momento de sua colocação à disposição dos usuários, para fruição.

Art. 179 – O custo despendido com atividade da coleta de lixo será calculado por metro linear de testada, situados em locais em que se dê a atuação do serviço prestado.

<sup>28</sup> Arquivo 34, neste evento

<sup>29</sup> Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços, e, quando necessário, por outras formas adicionais, como subsídios ou subvenções, vedada a cobrança em duplicidade de custos administrativos ou gerenciais a serem pagos pelo usuário, nos seguintes serviços:

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, na forma de taxas, tarifas e outros preços públicos, conforme o regime de prestação do serviço ou das suas atividades;

<sup>30</sup> Art. 35 - As taxas ou as tarifas decorrentes da prestação de serviço de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos considerarão a destinação adequada dos resíduos coletados e o nível de renda da população da área atendida, de forma isolada ou combinada, e poderão, ainda, considerar:

§ 2º A não proposição de instrumento de cobrança pelo titular do serviço nos termos deste artigo, no prazo de 12 (doze) meses de vigência desta Lei, configura renúncia de receita e exigirá a comprovação de atendimento, pelo titular do serviço, do disposto no [art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#), observadas as penalidades constantes da referida legislação no caso de eventual descumprimento.

<sup>31</sup> Arquivo 36, neste evento



#### C.4 - DESAPROPRIAÇÕES

No que diz respeito às desapropriações realizadas pela Administração Municipal, fato esse inclusive, já reportado no relatório de análise das contas de 2022 (TC-004005.989.22-3), destacamos o que segue:

- Em 2022, foram desapropriados 05 lotes urbanos, no montante de R\$ 2.444.000,00, com a finalidade de implantação de um Ginásio Poliesportivo;
- Embora expropriados em caráter de urgência, à época não havia sequer projeto definido para a construção do Ginásio.
- Foi realizado, novamente em caráter de urgência, no exercício ora examinado, a desapropriação de um novo terreno vizinho à área anteriormente desapropriada, através do Decreto Municipal nº 1424, de 27 de outubro de 2023, com a mesma finalidade de construção do Ginásio, no valor de R\$ 1.070.293,99;
- Questionando a origem, nos informaram que o processo de elaboração do projeto de construção do Poliesportivo ainda está em trâmite;
- Em visita às áreas desapropriadas, constatamos que nos citados terrenos, após as desapropriações ocorreu a instalação de torres de transmissão de energia por parte da CPFL conforme demonstrado no relatório fotográfico abaixo:



Data do registro: 26/06/2024

- Embora ocorridas em caráter de urgência não havia projetos previamente elaborados para as finalidades apresentadas nos processos de desapropriações, o que sinaliza uma deficiência no planejamento para o atendimento às demandas;

- Outro terreno desapropriado, também em caráter de urgência, através do Decreto nº 1.411, de 22 de agosto de 2023<sup>32</sup>, no montante de R\$ 2.333.909,77, tem por finalidade a ampliação da nova Creche Escola, inaugurada no início de 2024, corroborando com a precariedade do planejamento desenvolvido pela Administração, conforme exposto no item A.2.1.1 – Planejamento das Políticas Públicas;
- Nos dois processos de desapropriação (Decretos nº 1.411 e 1.424), os laudos de avaliação foram elaborados (Arquivos 18 e 19, neste evento) pelo Secretário de Obras à época, e, no que tange à cotação dos valores das áreas desapropriadas, a avaliação limitou-se à mera consulta com corretores locais, conforme exposto às fls. 07 e 08 do arquivo 18, e fls. 14 e 15 do arquivo 19, ambos neste evento, sem a devida formalização.

#### **PERSPECTIVA D: DENÚNCIAS / REPRESENTAÇÕES / EXPEDIENTES**

Estão referenciados ao presente processo de contas anuais, os seguintes protocolados:

01	Número:	TC- 010761.989.24-3
	Interessado:	Ministério Público do Estado de São Paulo
	Objeto:	Ofício nº 1152/2024 - EXPPGJ Processo SEI nº. 29.0001.006645.2024-32 Assunto: Ofício nº 289/2024 anexo da Promotoria de Justiça de Pedregulho, subscrito pelo Promotor de Justiça FILIPE TEIXEIRA ANTUNES. Encaminha cópia integral do procedimento em epígrafe, para ciência e providências. Solicita que informe se existe procedimento para apurar compra de veículos (ônibus) e máquina de reciclar por valor acima do mercado pelo município de Rifaina, decorrentes do Pregão 066/2023, bem como para informar se os bens foram adquiridos por valores adequados àqueles praticados no mercado.
	Procedência:	Não

O assunto em tela foi tratado nos itens “C.1. ANÁLISE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS” deste relatório.

#### **PERSPECTIVA E: ATENDIMENTO ÀS NORMATIVAS E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL**

##### **E.1. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES/DETERMINAÇÕES DO TCESP**

No decorrer do exercício em análise, constatamos o atendimento à Lei Orgânica e às Instruções deste Tribunal.

<sup>32</sup> Arquivo 19, neste evento

No que se refere às recomendações/determinações, haja vista os dois últimos exercícios tempestivamente apreciados, face à amostragem, à relevância e à materialidade, assim como a jurisprudência mais recente, verificamos, no exercício em exame:

Exercício 2021	TC 006958.989.20-4	DOE 29/06/2023	Data do Trânsito em julgado 10/08/2023
Recomendações / determinações			Atendida
Modere o percentual de alterações orçamentárias;			Não
Melhora dos índices do IEG-M			Não
Cumpra as recomendações exaradas por esta Corte de Contas			Não

Exercício 2020	TC 002975.989.20-3	DOE 09/07/2022	Data do Trânsito em julgado 23/08/2022
Recomendações / determinações			Atendida
Modere o percentual de alterações orçamentárias;			Não
Melhore o desempenho global da gestão e as técnicas de planejamento governamental			Não
Saneie fragilidades do i-Educ			Não
Melhore o desempenho do i-Amb e i-Gov-TI			Não

## CONCLUSÃO

Observada a instrução constante no artigo 24 da LOTCESP, a Fiscalização, em conclusão a seus trabalhos, aponta as seguintes ocorrências:

### A.2.1. IEG-M – ASPECTOS RELEVANTES

- ✓ Histórico do IEG-M indicou baixa efetividade na execução das políticas públicas pelo Município. A nota global no exercício de 2023 foi “C” (Baixo nível de adequação);

#### A.2.1.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M)

- ✓ A nota “C” obtida nos três últimos exercícios avaliados evidencia a necessidade de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população;

#### **A.2.1.1.1 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

- ✓ A LOA autoriza a abertura de créditos suplementares em percentual (25%), acima do aceitável pela Jurisprudência deste Tribunal. Esta autorização pode desconfigurar o orçamento, afastando-o dos diagnósticos previamente realizados, quando do levantamento das reais demandas do Município;
- ✓ Considerando todos os órgãos componentes do Orçamento Anual, procedeu à abertura de créditos adicionais e à realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições no valor total de R\$ 20.404.479,29, o que corresponde a 43,51% da Despesa Fixada (inicial);

#### **A.2.1.2. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M)**

- ✓ A nota “C+” obtida no último exercício avaliado evidencia a necessidade de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o I-Educ/IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, consequentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população;

#### **A.2.1.2.1. FISCALIZAÇÕES ORDENADAS DO PERÍODO**

- ✓ Remanesceram diversas irregularidades apontadas na IV Fiscalização Ordenada, que tratou **da Educação em Tempo Integral**;

#### **A.2.1.3. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (i-Amb/IEG-M)**

- ✓ A nota “C+” obtida no último exercício avaliado evidencia a necessidade de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o I-Amb/IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, consequentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população;
- ✓ O Município não possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC);

#### **A.2.1.4. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TECNOLOGIA (i-Gov TI/IEG-M)**

- ✓ A nota “C+” obtida no último exercício avaliado evidencia a necessidade de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o I-Gov TI/IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população;

#### **B.1. CONTROLE INTERNO / CONTROLADORIA / AUDITORIA INTERNA**

- ✓ O cargo de Controlador Interno do município ficou vago no período compreendido entre 01/05/2023 a 31/12/2023;

#### **B.3.2. DEMAIS APURAÇÕES SOBRE O FUNDEB**

- ✓ A rede municipal possui contrato com instituição financeira diversa do Banco do Brasil S.A. e da Caixa Econômica Federal (Banco Santander) para o pagamento de salários, de vencimentos e de benefícios de qualquer natureza aos profissionais da educação básica em efetivo exercício. Contudo, constatamos que o Órgão não providenciou **naquela instituição** conta única e específica, para recebimento dos recursos do Fundeb, conforme previsto no § 9º do art. 21 da Lei nº 14.113, de 2020 e orientação prevista nas Portarias FNDE 807/2022, Conjunta FNDE/STN 3/2022 e Comunicado SDG Nº 66/2023.
- ✓ O Município não atendeu às condicionalidades legais, em face do artigo 14 da Lei nº 14.113/2020, inabilitando-se a receber a complementação VAAR;

#### **C.2. DESPESAS COM CONFRATERNIZAÇÃO DOS SERVIDORES**

- ✓ Identificamos no exercício examinado o pagamento de despesas com festa de confraternização dos servidores da Prefeitura Municipal, no montante de R\$ 64.850,00;

### **C.3 - TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO**

- ✓ A arrecadação correspondente à Taxa de coleta domiciliar de Lixo foi insuficiente para a cobertura dos custos desses serviços em desacordo com o preconizado na Lei Federal 14.026/20;

### **C.4 - DESAPROPRIAÇÕES**

- ✓ As desapropriações foram realizadas em caráter de urgência não havendo projetos previamente elaborados para as finalidades apresentadas nos respectivos processos, o que sinaliza uma deficiência no planejamento;
- ✓ Em visita às áreas desapropriadas, constatamos que nos citados terrenos, após as desapropriações ocorreu a instalação de torres de transmissão de energia por parte da CPFL;
- ✓ A avaliação de valores das áreas desapropriadas, limitou-se à mera consulta com corretores locais, sem a devida formalização;

### **E.1. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- ✓ Houve desatendimento às recomendações desta E. Corte de Contas.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR.17, em 16 de agosto de 2024

***Solon Ribeiro Cruvinel Júnior***

Agente da Fiscalização